

O que há de errado em nossa educação

Arnaldo Niskier

*Doutor em Educação, membro da Academia Brasileira
de Letras e Presidente do CIEE/RJ.*



Com muito prazer, fui convidado pela diretoria da Gol Mobile para participar do 12º Festival Literário de Paraty, a famosa Flip. Tinha por obrigação falar na Casa Livre (Liga Brasileira de Editores) sobre “Educação e Cultura”, para uma plateia entusiasmada. De improviso, como convinha, critiquei as metas quantitativas do Plano Nacional de Educação (PNE) (2011-2020), demonstrando, como em ocasiões anteriores, que os números propostos não foram alcançados, dentro da melhor tradição brasileira. O exemplo significativo disso é a quantidade de adultos analfabetos, hoje ainda em torno de 14 milhões de pessoas acima dos 15 anos.

Seria muito mais conveniente que escolhêssemos metas qualitativas para problemas que se estendem no tempo, como a falta de creches, a pouca atenção dada à educação infantil, a formação de professores

e especialistas, a estrutura falha do ensino médio, a precariedade da educação profissional, o baixo número de universitários (estamos com sete milhões, quando deveríamos ter ultrapassado os dez milhões), etc.

É claro que nem tudo é criticável, na educação brasileira. Temos algumas razões de orgulho, como a *performance* da pós-graduação, a existência de sessenta milhões de estudantes registrados, a universalização do ensino fundamental e, para não ir muito longe, o crescimento exponencial do ensino a distância (EAD), em que hoje estamos com mais de um milhão de estudantes. Pode-se elogiar também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Outro tema abordado na Flip foi a cobertura dada, do ponto de vista de recursos financeiros, à área da educação. Em alguns anos, devemos atingir os 10% do PIB, enquanto a cultura, sua irmã siamesa, vive à míngua, sem poder investir o que seria necessário. Querem um exemplo? O setor de patrimônio artístico e cultural tem milhares de casas e igrejas para restaurar, em todo o país, mas os seus dirigentes choram a ausência de meios. Até quando?

A separação de educação e cultura, que andaram juntas muitos anos, foi uma decisão lamentável, como se vê na prática. Posso exemplificar com o quadriênio em que dirigi a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC) do Rio de Janeiro (1979-1983), quando foi possível socorrer a cultura de forma acentuada, levando-se em conta que a SEEC dispunha de 25% do orçamento estadual, como é dispositivo constitucional. E a cultura vive de pires na mão, dependendo da boa vontade das autoridades, o que nem sempre acontece (ou quase nunca). Assim, foi possível reformar a Escola de Teatro Martins Pena e o Instituto Villa-Lobos, que estavam em petição de miséria. Não se conhece a vantagem dessa triste separação.

Estando presente ao debate o publicitário Roberto Bahiense, diretor da Nuvem de Livros, foi possível ao público tomar conhecimento dos extraordinários avanços dessa iniciativa, em território brasileiro (está indo também para a Espanha). Com a colaboração da operadora Vivo, hoje são oferecidos a quase 1,5 milhão de brasileiros os serviços da Nuvem de Livros. Basicamente, essa importante porta de entrada para o fascinante mundo do conhecimento oferece aos seus assinantes, por módica quantia, quarenta mil livros, de excelentes editoras, que podem ser acessados livremente, por intermédio da senha adquirida. Um sucesso!

Uma nova sala de aula

Sou do tempo em que o professor colocava no quadro-negro a giz os seus conhecimentos, para facilitar o trabalho de cópia dos seus alunos. Quanto tempo perdido! Hoje, há como que uma linguagem teatral, nessa relação, o que anima o interesse pela aprendizagem. Existe a disseminação do que chamamos de “artistas-docentes”, ou até há pouco “animadores culturais”.

Nem se pode afirmar que a existência da linguagem teatral é uma grande inovação, pois era assim que o padre José de Anchieta, agora transformado em santo, nos primórdios da nossa civilização, operava com os seus alunos, em geral índios analfabetos.

Conteúdos de Matemática, Física e Português, por exemplo, são transformados em peças teatrais, no segundo segmento do ensino fundamental ou até no ensino médio, transmitindo conhecimentos de forma clara e criativa. É comum utilizar contos de Machado de Assis, nessa operação, como também obras de Bertold Brecht, como *A vida de Galileu*. Ou estímulos como os que se encontram em bem urdidas

maratonas escolares de redação, como as que são feitas no sistema público do Rio de Janeiro, abordando obras de escritores como Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Moacyr Scliar e Rachel de Queiroz.

Não raro, quando estendidos esses trabalhos a atividades extraclasse, pais, professores e alunos confraternizam, na emoção dos resultados apresentados. Isso estreita a afetividade entre todos esses elementos, com redescobertas bastante expressivas. Infelizmente, usamos muito pouco a educação artística, prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como uma ferramenta de grande utilidade, no processo ensino-aprendizagem. Jogos teatrais ajudam a fixar conteúdos, desde que os professores estejam devidamente preparados para esse emprego.

Numa escola da Fundação Bradesco, foi apresentada a peça *Romeu e Julieta*, com os textos utilizando conceitos matemáticos abstratos. Isso é original e certamente apresenta resultados altamente positivos.

Tenho uma neta, Bruna, que estuda no 9º ano de uma escola carioca. Entrevistei-a sobre o tema desta palestra. Ela manifestou ampla concordância com a tese de que devemos utilizar os *tablets* em sala de aula. Isso não se faz em maior escala, disse-me a Bruna, porque muitos professores não dominam o assunto, hoje conhecido de praticamente todos os alunos. São palavras da neta: “Se o professor não sabe, deveria aprender. Seria bom para todo mundo”.

Ela reclamou do tempo que se perde em Geometria, por exemplo, com os mestres escrevendo na lousa o tempo todo. Em aulas de Geografia e História, o uso de imagens como as que se encontram fartamente nos computadores ajudaria muito a compreender melhor temas intrincados.

A revolução que se espera, na escola brasileira, pode estar mais perto do que nunca. Espera-se para 2015 uma aplicação mais intensa da tecnologia digital, inclusive com a adesão do próprio Ministério da Educação. Programas conectarão o computador ou *tablet* do professor aos equipamentos dos seus alunos. Por outro lado, haverá a ampliação da oferta mais constante de produtos educativos contendo vídeos e imagens tridimensionais, facilitando em computadores, *tablets* e *smartphones* (IOS e Android) o aprendizado em Ciências, Geografia, Biologia e Química. Com essas imagens, o professor pode explicar melhor assuntos complexos, tendo a sua missão facilitada.

É claro que a música pode ter um papel fundamental nesse processo, dado o impacto que provoca no universo da juventude. Já existe uma plataforma intitulada “Universo do Som” para ajudar na iniciação musical. E para o livro, nisso tudo, se reserva a missão de destaque, como instrumento insubstituível de cultura.

Um plano sem planejamento

Nos arraias pedagógicos, há manifestações de júbilo pelo fato de ter sido aprovado, com quatro anos de atraso, na Câmara dos Deputados, o Plano Nacional de Educação (PNE). É um fenômeno tipicamente brasileiro. Previsto para entrar em vigor a partir de 2011 (até 2020), o PNE chega com vinte metas ao mercado, cada uma mais bonita do que a outra.

Um dos tradicionais obstáculos à realização dos programas pensados é a escassez de recursos financeiros. Há um discurso na praça, afirmando que não é esse o maior dos nossos problemas. O que pesa no processo é a falta de qualidade operacional. Cita-se como maior exemplo, no caso do magistério, o fato comprovado de que

melhores salários não são determinantes de uma grande mudança. Se os salários fossem dobrados, nem por isso a qualidade seria estabelecida de imediato. Isso depende de uma série de fatores, alguns até bastante complexos.

Hoje, os investimentos na função educação alcançam 6,3% do Produto Interno Bruto. Devem chegar a 10% em escala nos anos seguintes. São recursos dignos de países industrializados, mas o que nos impaciente é que não se sente um adequado planejamento sobre o que vem por aí.

Qual o milagre que se espera para acabar com os 14 milhões de analfabetos adultos hoje existentes? O que fazer para que a educação infantil deixe de ser prioritária só nos discursos, e passem a existir as creches tantas vezes prometidas? O ritmo de trabalho do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não nos deixa muito otimistas.

É claro que desejamos professores bem pagos. Mas é importante, em paralelo, que se institua o regime do mérito, abandonando-se a descarada supremacia das nomeações políticas. Concursos devem sempre ser bem-vindos, e não dá para entender por que há tanta dificuldade de implementá-los.

O suposto planejamento do ensino médio não é convincente. Vivemos um drama nesse segmento. O país parece tonto, sem saber como harmonizar a formação geral com o ideal da profissionalização. Quantos países equacionaram de forma adequada o problema e vivem felizes? Posso citar, com conhecimento de causa, os exemplos da Alemanha, da Coreia do Sul e de Israel.

Precisamos cada vez mais de técnicos especializados. Obras essenciais no Rio e em São Paulo são adiadas por falta de recursos humanos

devidamente habilitados. Em 1982, recordou outro dia o especialista Roberto Boclin, na época diretor do Senai/Rio, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, por meio do Conselho Estadual de Educação, emitiu um antológico parecer, regulamentando os estudos pós-secundários. De imediato, surgiram bons resultados, inclusive para a indústria naval (Verolme). Nasceram de forma competente os Centros de Estudos Supletivos, implantados em todo o Estado. Por que tudo isso foi abandonado?

Metas do PNE

São as metas que compõem o Plano Nacional de Educação 2011-2020:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Meta 2: Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do Ensino Fundamental.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, nesta faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Meta 7: Atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) já previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%, até 2015, e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas insti-

tuições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores. Sete estratégias.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Nove estratégias.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O que há de errado em nossa educação

Em síntese, podemos afirmar que:

Falta uma política nacional de educação, que garanta tempo integral em nossas escolas;

O PNE, decenal, começa a ser considerado com três anos de atraso;

A reduzida qualidade da educação básica, onde se deve ensinar a pensar desde cedo;

A precária formação de professores e especialistas;

A má distribuição da renda pedagógica, sacrificando estados e municípios;

O baixo número de cientistas;

A péssima qualidade do ensino médio;

A precariedade do letramento;

A incipiência da formação profissional nas escolas;

O baixo uso virtual na exploração de conteúdos curriculares e a falta da necessária conexão entre educação e cultura.

Sendo assim, devemos projetar um novo modelo para a educação brasileira, com a correção das deficiências apontadas. A educação do futuro pede revolucionárias e indispensáveis alterações.

Palestra proferida em 12 de agosto de 2014.